

## O “silêncio” dos erveiros: patrimônio cultural e turismo no mercado Ver-o-Peso/PA

### The “Silence” of erveiros: cultural heritage and tourism in the market Ver-o-Peso/PA

*Enviado em: 01-04- 2023*

*Aceito em: 21-06-2023*

**Khalla Ribeiro Tupinambá<sup>1</sup>**

**Maria Lúcia Bastos Alves<sup>2</sup>**

**Josenildo Campos Brussio<sup>3</sup>**

#### **Resumo**

Este estudo versa sobre os erveiros do Mercado Ver-o-Peso, em Belém/PA, que dominam o saber das ervas, produzindo os produtos para cura dos males do corpo e da alma. Entretanto, o ofício das ervas tem seu valor enquanto alteridade local subjulgada, ao ser esse ofício representado como atrativo exótico autêntico, palatável ao fluxo turístico, visitado como uma vitrine do Ver-o-Peso, enquanto cartão postal. Portanto, este trabalho visa a rastrear a memória oral dos erveiros, bem como seus desdobramentos enquanto legado de resistência ao discurso hegemônico patrimonial e turístico do mercado. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada antes e pós pandemia. Na primeira fase foi realizada análise qualitativa da natureza da arte dos erveiros, enquanto na segunda foi realizado um estudo etnográfico,

---

1 Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará-UFPA (2006) e Mestre em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC (2012) e Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. É docente no quadro efetivo do curso de Gestão em Negócios e Turismo a Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Araguaína. E-mail: khallatupi@gmail.com

2 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1983), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1993), Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2004) e Pós-doutorado pela University of Roehampton, UK. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com atuação no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (Mestrado e Doutorado) e no Programa de Pós Graduação em Turismo (Mestrado e Doutorado).

3 Pós-Doutor em Turismo, pelo PPGTUR (Programa de Pós-graduação em Turismo) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN. Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2008), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2012) e Licenciado em Letras Português/Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão (1998). Professor Associado II do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia do Centro de Ciências de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

concatenado com a história oral. Entre os resultados, foi possível discutir uma proposta alternativa de patrimônio, germinada pelos constructos antropológicos, em que o olhar dos erveiros enquanto “outros” é trazido para o centro do debate.

**Pavavras Chaves:** Patrimônio Cultural; Memória Oral; Erveiros do Mercado Ver-o-Peso

### **Abstract**

This study deals with the erveiros of Ver-o-Peso Market, in Belém/PA, who dominate the knowledge of herbs, producing products to cure body and soul ailments. However, the craft of herbs has its value as subjugated local alterity, as they are represented as authentic exotic attractions palatable to the tourist flow, which visits them as a showcase of Ver-o-Peso, as a postcard. Therefore, this work aims to trace the oral memory of the erveiros, as well as its developments as a legacy of resistance to the hegemonic discourse of heritage and tourism in the market. Methodologically, the research was carried out before and after the pandemic. In the first phase a qualitative analysis of the nature of the erveiros art was carried out, in the second an ethnographic study was carried out, concatenated with oral history. Among the results, it was possible to discuss an alternative heritage proposal, germinated by anthropological constructs, in which the look of the erveiros as “other” is brought to the center of the debate.

**Keywords:** Cultural Heritage; Oral Memory; Erveiros of Ver-o-Peso Market

### **Introdução**

Este estudo se debruça sobre os vendedores de ervas, também conhecidos como erveiros do Mercado Ver-o-Peso, de Belém do Pará, que encontra-se em um espaço entre os prédios do Mercado de Peixe e Solar da Beira, no conhecido setor de ervas medicinais, constituído por 80 barracas, 50 delas gerenciadas por erveiras e 30 por erveiros (LIMA, 2008). Para Albuquerque (1997), a categoria de erveiros é reconhecida por aqueles que detêm o conhecimento de biointeração das ervas, no que tange à medicina popular e suas práticas de tratamento físico e espiritual, conforme destacado por Dantas e Ferreira (2013),

De acordo com a necessidade dos clientes, os erveiros oferecem os chamados defumadores. Trata-se de compostos de ervas aromatizadas, que servem tanto como atrativos como meios de descarrego, entre outras funções. [...] Coloridos, eles resultam da combinação de chás obtidos de plantas, cascas e raízes que são misturados a perfumes conhecidos pela população, funcionando como uma espécie de “poção mágica”. Os nomes que aparecem nos rótulos desses produtos já indicam os efeitos que se espera: chegate a mim; carrapatinho; vai e volta; encanto do boto; laço de amor; mil homens; corre atrás de mim; e outros mais (DANTAS e FERREIRA, 2013, p. 119).

O Ver-o-Peso foi inaugurado em 1625, como a Casa “Haver o Peso”, sendo que ao longo do tempo sofreu diversas modificações para tornar-se um conjunto arquitetônico, que se tornou conhecido enquanto um cartão postal da *Belle Époque*. O mercado foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) em 1977, em virtude de seu conjunto Arquitetônico e Paisagístico. Neste sentido, Barros e Serra (2018) discorrem que durante a *Belle Époque* (final Sec. XIX ) a cidade de Belém experimentou um processo de embelezamento, no qual a reprodução do modo de vida europeu, sobretudo o de Paris, qualificou o espaço urbano daquela época, logo o patrimônio erguido foi o mais marcante para reproduzir paisagisticamente o ideal da elite seringalista da época da borracha.

Nesse cenário, percebe-se que o processo de ativação patrimonial esteve presente no Ver-o-Peso, para se configurar enquanto um lugar de memória da *Belle Époque*, semelhante ao que Pierre Nora (1993) disserta sobre o projeto ambicioso da França em reacender seu passado glorioso, através dos “lugares de memória que seriam signos da ‘francesidade’, que poderia ser recomposta através de seu patrimônio memorial (NORA, 1993, p.23). No entanto, ainda que o mercado tenha se patrimonializado, observa-se um conjunto de relações assimétricas, que subjagam o valor do ofício das ervas, enquanto alteridade local, conforme argumenta Fonseca (2003):

Na cidade de Belém, cujo o centro histórico à beira do rio tem uma feição tão portuguesa, impossível deixar de perceber, no mercado Ver-o-Peso, a forte presença indígena, nos produtos trazidos da selva, e especialmente, no modo de usá-los também transmitidos pelos vendedores [...] Trata-se de um raro exemplo de um lugar que coexistem marcas culturais tão distintas como a portuguesa e a indígena, sendo que apenas a primeira foi identificada, e reconhecida, via tombamento, como patrimônio cultural brasileiro

(FONSECA, 2003, p. 58).

Em vista disso, torna-se notório que há dois prismas patrimoniais no Ver-o-Peso. O primeiro, que é produto de relações políticas e econômicas que privilegiam a memória de uma nação etnocêntrica ao destacar o complexo arquitetônico do mercado como herança de um passado glorioso da *Belle Époque*. Em contrapartida, há outra vertente de patrimônio, que é relegada e negligenciada o discurso hegemônico oficial. Todavia é esse legado que mantém vivo o universo ancestral dos feirantes, tal qual o ofício das ervas, que carrega consigo um universo ontológico, rizomático e simbólico das encantarias amazônicas, que traduzem as redes de relações, trocas, vivências e experiências dos agentes humanos e não humanos amazônicos, por meio dos produtos das ervas, ou seja, abrigam os verdadeiros lugares de memórias das etnias indígenas, afro e portuguesa do Ver-o-Peso.

Isto posto, percebe-se que o Ver-o-Peso reflete a ordem discursiva das políticas patrimoniais em nível nacional, pautadas na dicotomia entre bens materiais e imateriais, consolidada pelo o artigo 216 da Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>, sobre o prisma de “patrimônio cultural”. Ao considerar esses meandros em torno da ordem discursiva patrimonial nacional, o ofício dos erveiros poderia se “enquadrar” como patrimônio imaterial, na categoria de saber, conforme outorga do Decreto nº 3.551, de 2000, visto que o ofício é permeado por saberes e fazeres que se perpetuam ancestralmente, de modo oral, e carrega consigo singularidades etno-religiosas, capazes de traduzir vetores imprescindíveis para o legado cultural paraense. Pode-se perceber, portanto, as similaridades com o ofício das baianas de acarajé, que incorpora as matrizes afro-brasileiras, sendo considerado representante da identidade cultural baiana e reconhecido como patrimônio na categoria de Saberes, pelo IPHAN em 2005.

---

4 Artigo 216/88: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 126)

Entretanto, este artigo se propõe a ampliar a percepção dos ofícios tradicionais, conforme as abordagens de Évora (2015) e Bitar (2011) de investigação do ofício das baianas, que vão além da defesa de “identidade” e “patrimônio” como instrumentos do reconhecimento social e político. Para Évora (2015), embora as baianas reconheçam que a patrimonialização ajudou no reconhecimento social do seu saber enquanto uma profissão, por outro lado o registro não incorporou as dinâmicas religiosas operadas pela igreja pentecostal, citando como exemplo as “acarajés do senhor” espalhadas pela cidade de Salvador. Também Bitar (2011) percebe que no Rio de Janeiro o ofício das baianas extrapola o discurso político, ao incorporar uma “obrigação” ao ofício, em que se observou uma relação de dádiva e contra-dádiva, em torno da entidade de Iansã, que agencia vários pontos relevantes dos saberes e fazeres, que abrangem desde a feitura das comidas do tabuleiro à escolha do ponto comercial da banca na rua.

Outro ponto nevrálgico, percebido nas incursões exploratórias ao Mercado, ocorre em torno das trocas comerciais dos erveiros com os turistas, em que os erveiros e seus produtos ganham um significado de gêneros exóticos “autênticos” do Pará, sendo classificados como “mandingueiros ou feitiçeiros” do Ver-o-Peso. Neste sentido, Santana Talavera (2009) discute como o turismo étnico, em muitos casos, explora a perspectiva do senso comum de autenticidade, fazendo uma analogia do turismo à magia, na qual evidencia os acordos tácitos na experiência turística, como uma espécie de negociação da verdade do lazer e seus simulacros. “O turismo é, como a mágica, uma arte nas encenações; e a cultura, como significação de utensílios, características, normas e valores, o auge da magia” (SANTANA TALAVERA, 2009, p. 15).

Portanto, este conjunto de situações impulsionou o objetivo deste artigo que visou a rastrear a memória oral operante no ofício das ervas, mergulhando em seus desdobramentos por meio de suas vivências e saberes, enquanto legado de resistência ao discurso hegemônico patrimonial e turístico do Ver-o-Peso. Por conseguinte, corrobora com a perspectiva de Pollak (1989), ao defender que o longo silêncio sobre o passado, constrói memórias

subterrâneas que, longe de conduzirem ao esquecimento, representam a resistência a uma sociedade civil relegada, que se opõe ao excesso de discursos oficiais.

Nessa premissa, o estudo justifica sua relevância ao descortinar o ofício das ervas além do discurso hegemônico que vigora no Ver-o-Peso, o qual silenciou a memória dos erveiros em relação a sua própria história, relegando o valor do saber das ervas enquanto alteridade local. Desse modo, trás à tona uma nova acepção patrimonial no Ver-o-Peso, longe dos holofotes do discurso hegemônico da *Belle Époque*, isto é, “um patrimônio sentido e vivido formado pelos ‘regimes da Antropologia da Ação’<sup>5</sup>, ou seja, por apropriação social, resultado de sentimentos, de significações construídas na relação com ao tempo”( ZANIRATO , 2018, p. 23).

Metodologicamente, esse conjunto de relações assimétricas, no qual os erveiros encontram-se no Ver-o-Peso, foi percebido durante as duas fases de pesquisa. A primeira foi desenvolvida no ano de 2021, durante o contexto pandêmico da COVID, com base no levantamento bibliográfico e análise qualitativa da natureza da arte produzida sobre os erveiros de 2006 a 2020. Em seguida em 2022, com as condições sanitárias relacionadas à pandemia mais favoráveis, foi possível realizar uma pesquisa de cunho etnográfico, em que as pistas suscitadas pela análise da natureza da arte, foram rastreadas e cruzadas com a escuta das vivências dos erveiros, ao longo de suas histórias de vida.

Entre os resultados da pesquisa, este trabalho se mostra profícuo aos estudos voltados para memória, patrimônio e antropologia, à medida em que discute uma proposta alternativa de patrimônio germinada pelos constructos antropológicos, consubstanciada por autores referência nessa linha de pesquisa, como Abreu (2005; 2007; 2008), Gonçalves (2005; 2015), e Arantes (1987), os quais tencionam a ordem discursiva da elegibilidade da categoria de patrimônio cultural, em torno do ícone da memória nacional. Nessa acepção de

---

5 Segundo Abreu (2008, p.14), Roberto Cardoso de Oliveira chamou de Antropologia da Ação “[...] esse jogo de atuação: o antropólogo se vê diante do desafio de atuar como profissional num campo eivado por disputas da construção do patrimônio em torno do ícone da identidade nacional, que exige uma atitude relativizadora condigente com o ponto de vista antropológico.

patrimônio, Gonçalves (2015) argumenta que a memória hegemônica constituiu-se em um estratagema ocidental, isto é, entre os não ocidentais, em suas concepções nativas de patrimônio, não há “identidade” em seus modos de vida, todavia esta é constante objeto de patrimonialização por agências ocidentais.

O ofício das ervas foi escrutinado, portanto, em conformidade a percepção defendida por Arantes (1987), para o qual “o foco principal dos ditos patrimônios imateriais, não está na preservação ou salvaguarda enquanto práticas sociais,[...] destacando-se como objeto de reflexão as condições sociais de produção e seus usos” (ARANTES, 1987, p.52). Dessa forma, a aceção do legado patrimonial dos erveiros, foi tomada com base nas vivências ancestrais dos seus fazeres e saberes, tal qual apontam Tavares e colaboradores (2019a), sobre essa abordagem nas comunidades quilombolas de Cachoeira- Ba:

O encontro entre o terapêutico e agentes humanos e não humanos não apenas nos corpos, bem como em subjetividades entre esses agentes e os recursos naturais traduzidos em rezas, chás, xaropes, lambedores, entre outros, concluindo segundo Latour (2002), que o “mundo” acomoda muitas “feituas” possíveis (sejam os fatos da ciência, seja fatos da religião; sejam muitos outros “fatos”. (TAVARES et al., 2019 a, p.28)

É imprescindível mencionar, que essa percepção da relevância do ofício dos erveiros, é partilhada na memória coletiva paraense, haja vista que se observou, nas trocas comerciais com os paraenses, os produtos das ervas agenciam não apenas “mercadorias”, mas ontologias, que comunicam um universo que envolve as encantarias amazônicas nos processos curativos. Desta feita, no exercício etnográfico realizado em campo, percebeu-se uma relação em rede entre os paraenses, os produtos das ervas e o imaginário coletivo amazônico, conforme a percepção de Gonçalves (2005), ao defender que um patrimônio não depende das decisões políticas, e sim, de encontrar elementos que precisam de “ressonância” junto a seu público.

Esta pesquisa, portanto, busca refletir sobre os dilemas enfrentados pelos erveiros no Ver-o- Peso, fruto de relações assimétricas que reverberam da ordem discursiva do patrimônio hegemônico nacional, que subjuga o ofício das ervas a uma imagem exótica palatável ao turismo. Portanto, pretende

corroborar com linhas de pesquisa que denunciam a ausência de políticas de memória no cenário brasileiro, que evidenciem o legado afroindígena na memória nacional, concomitantemente no Ver-o-Peso, conforme Candau (2011, p. 163 ) conclui “o patrimônio não é menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma”.

### **Ofício das ervas: Caminhos da memória e patrimônio**

A noção de patrimônio cultural com a qual a sociedade contemporânea se habituou, carregou consigo uma ilusão de ter se perpetuado de forma inata ao longo do tempo. Contudo, o conceito de patrimônio foi construído em torno de uma memória social, que não se consolidou de modo aleatório, e sim, em torno de uma memória coletiva construída em torno de personalidades, lugares e símbolos, que demarcam a identidade nacional. (NORA, 1993).

Para iniciar esse caminho, deve-se pontuar Halbwachs (2013), que propagou o caráter coletivo da memória, por meio dos “quadros sociais”, em que a formação das lembranças dos indivíduos encontram-se condicionadas a esses quadros, que funcionam como pontos referência para organizar as memórias dos grupos, conferindo estabilidade às representações coletivas. Nesse pressuposto, Joël Candau (2011) propõem a metamemória, que se constitui naquela forma de memória reivindicada a partir de uma filiação ostensiva, que leva à construção identitária compartilhada.

Isto posto, no que se refere ao enquadramento da memória, Peralta (2007) toma dois autores- chave para o processo de criação de políticas da memória, que reverberam sob o patrimônio. Primeiramente, Benedict Anderson (1993) e suas “comunidades imaginadas”, que foram pensadas por meio de práticas culturais e administrativas dos Estados modernos, a fim de estimular os sujeitos e definir suas obrigações enquanto membros de um grupo, que supostamente é especial e homogêneo pela própria natureza. No caso das políticas moldadas para memória, esse conceito pode ser considerado com o foco para comunidades coletivamente imaginadas, erguidas sobre os símbolos

nacionais, em que os conflitos são subtraídos em torno dos *status quo* do poder instituído.

Em seguida, cita-se Hobsbawm (1983), tomando sua perspectiva de tradição inventada, porém se distanciando da percepção de comunidades tradicionais, convertendo essa tradição para o discurso ideológico do Estado, como se os ícones da identidade nacional fossem postulados por tradições sociais, logo camuflando o agenciamento contundente do Estado nesse processo.

Nessa linha de pensamento, Abreu (2005;2007;2008) disserta sobre o percurso das políticas patrimoniais brasileiras a partir da criação do Instituto Histórico Artístico Nacional- IPHAN, em 1937, que inicialmente privilegiou diretrizes políticas voltadas para preservação de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, período conhecido como política de “pedra e cal”. A partir da década 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO começa o aqodamento do discurso em torno do patrimônio imaterial, trazendo o conceito de “cultura” para dentro do debate das políticas patrimoniais, influenciando a disseminação desse debate no Brasil, que tenciona a política de “pedra e cal”.

Nessa trajetória, as articulações dos gestores do patrimônio interessados na nova política do patrimônio intangível rendeu frutos, com a criação de um programa de ação voltado para o patrimônio intangível no Brasil, por meio do Decreto nº 3.551/2000, que instituiu “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, que reconhece o patrimônio imaterial brasileiro, criando o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial-PNPI”. Todavia, na avaliação de Abreu (2008, p.49), essa proposta oficializa a seleção, de construção de bens dignos de perdurarem na memória nacional, citando como exemplo o registro, em 2000, da arte kusiwa, a pintura corporal da etnia Wajãpi, colocando a seguinte provocação:

“uma vez que todas elas (etnias brasileiras) produzem artes gráficas igualmente belas e culturalmente significativas, não estaríamos também correndo o risco de engessar as manifestações culturais, congelando-as com base na imagem cristalizada no registro?”

Em 1996, José Reginaldo Santos Gonçalves publicou a “Retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, em que empregou como estratégia para reflexão antropológica do patrimônio no Brasil a análise dos discursos de Rodrigo Mello Franco de Andrade, primeiro diretor do SPHAN (1937 a 1979), bem como de Aloísio Magalhães IPHAN – Pró Memória (1979 a 1983), em uma pesquisa que colocou sob suspensão a categoria do bem cultural “autêntico”, como representação metafórica da totalidade nacional, procurando desnaturalizar a face ideológica e ficcional do patrimônio. Abreu (2007) conclui que essa obra apresentou um divisor de águas, para desnaturalizar o campo do patrimônio, eivado por ideologias e paixões, sobretudo de cunho nacionalista.

A compreensão dessa trajetória da ativação da memória em torno da ordem discursiva das políticas patrimoniais se fez premente para tencionar a lógica consubstanciada por ícones “autênticos” da identidade nacional, entretanto, conforme foi mencionado este estudo pretende traçar uma discussão em torno de uma vertente alternativa de patrimônio, que vem se consolidando como referência na “Antropologia da Ação”. Nesta direção, Abreu (2008) demonstra que a antropologia vem tencionando a ordem hegemônica discursiva do “patrimônio cultural”, de forma gradativa a partir de 1980, tendo grandes avanços em 2002, quando foi criado um Grupo de Trabalho permanente de Patrimônio, pela Associação Brasileira de Antropologia-ABA.

Esse grupo tem como proposta refletir sobre a atuação dos antropólogos no campo de patrimônio, tanto na produção acadêmica sobre o tema, quanto na contribuição em organismos de diretrizes de políticas públicas. Essa proposta foi denominada de “Antropologia da Ação”, encontrando entre suas principais prerrogativas a chamada “emergência do Outro no campo do Patrimônio Cultural”, ou seja, tendo como um dos principais debates a alteridade, para produção de estudos que demonstram a confluência entre o patrimônio, e os modos de vida de diferentes populações.

Neste sentido, o estudo de Gonçalves (2005), intitulado “Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios”, destacou-se ao problematizar a categoria de “patrimônio cultural” e defender uma proposta que assume múltiplas dimensões pautadas em relação aos “fatos sociais totais”, na qual há o agenciamento entre o patrimônio, os objetos, os sujeitos, divinos e humanos, portanto, “uma noção de espírito nos pareceu ligada à de propriedade, inversamente esta liga-se àquela. Propriedade e força são dois termos inseparáveis” (MAUSS, 2003 *apud* GONÇALVES, 2005, p.18).

À vista disso, para Gonçalves (2005) a categoria de “Subjetividade” abarca os vetores da vida social e cultural, especificamente em sua “ressonância” e “materialidade”, que refletem sua “Subjetividade”, isto é, a sinergia entre essas três categorias traduz sua proposta de patrimônio, o qual está implicado no processo de organização de subjetividades individuais e coletiva, em sua ressonância e materialidade. Por conseguinte, este estudo possui grande afinidade com esses constructos antropológicos sobre patrimônio de Gonçalves (2005), para compreender o ofício dos erveiros, em torno de seus fazeres e saberes.

Nesta acepção, Tavares e colaboradores (2019b) argumentam, que a relação entre material e imaterial correlacionada ao discurso de patrimônio cultural, é um ponto de problematização que reivindica sair do conceito de “materialidade”, o qual aprisiona forma e conteúdo. Neste sentido, inspirados em Ingold (2015), apontam que há uma derrapagem no entendimento de patrimônio, em sua conceituação física do mundo, como matéria e metafísica.

Deslocando-nos para os materiais podemos, então, atentar para esse problema [...]. As coisas, ou materiais estão na vida, não são atributos fixos ou substâncias, mas histórias nas quais se pode apreciar o transbordamento do lúdico, da memória, da arte, que se faz por meio da celebração, mas também da sociabilidade e do trabalho, enfim, da transformação dos diferentes materiais. (INGOLD, 2015, *apud* TAVARES et al., 2019b, p. 15).

Em complemento, a percepção da memória nessa proposta de patrimônio ocorre dissociada da trajetória da ativação da memória consubstanciada por ícones “autênticos” da identidade nacional. Nesse

compasso, Abreu (2007) percebe que a memória germinada nos grupos sociais denominados tradicionais é cíclica, pautada no tempo representado pela relação homem e natureza, em que os fatos sociais estão em constante ressignificação pelos rituais, que operam em um tempo mítico-religioso, que se perpetua devido tradições orais.

Essa perspectiva da memória é ampliada por Pollak (1989) no artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, no qual, embora as memórias de um grupo sejam elevadas ao plano hegemônico, esse processo envolve a supressão das memórias, que são qualificadas pelo autor como ‘memórias subterrâneas’, ou seja, pertencentes aos grupos marginalizados, das minorias políticas, dos segmentos mais pobres, dos movimentos sociais, etc. Por conseguinte, adverte que a despeito da doutrinação ideológica, há lembranças que ficam durante muito tempo confinadas ao silêncio, sendo transmitidas de uma geração a outra oralmente, permanecendo vivas. Uma vez rompido o tabu, as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, com reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis.

Desse modo, o presente estudo pretende corroborar a posição de Santos (2019) ao questionar o processo de elegibilidade do patrimônio no Brasil, analisando a postura colonizadora do Estado, a partir de uma estética subalterna atribuída aos bens culturais indígenas e negros, em detrimento dos ícones patrimoniais que privilegiam a memória de uma nação etnocêntrica. Desta feita, espera-se representar uma resistência ao viés do patrimônio eleito hegemonicamente no Ver-o-Peso, ao escutar as narrativas e vivências da ancestralidade dos erveiros, que remetem a um lugar de memória construído pelas etnias indígena, afro e portuguesa, que germinaram a gênese do ofício das ervas.

### **Caminhos da pesquisa: Antes e Pós-Pandemia**

Em virtude da relevância do ofício dos erveiros para o legado patrimonial paraense, que reverbera a memória coletiva sobre o universo ontológico amazônico, os mesmos tornaram-se objeto do trabalho final de um

curso de pós-graduação, na linha de pesquisa de memória, patrimônio e turismo, no ano de 2021.

Entretanto, além de a cobertura vacinal da Covid-19 ainda estar incompleta, em Belém, foi na altura detectado um surto da gripe influenza H1N1, seguido de vários casos de influenza H3N2. Neste cenário, a produção dessa pesquisa foi realizada por meio do levantamento bibliográfico, norteado pelo método de análise qualitativa. Todavia, os dados elencados deixaram pistas de que se fazia premente um trabalho empírico. Assim, logo no ano seguinte, em 2022, foi realizada uma pesquisa etnográfica, que resultou na pesquisa sobre os erveiros.

Em 2021, para realizar a pesquisa em tempos de pandemia, buscou-se como recurso a pesquisa qualitativa nos diferentes ambientes digitais, conforme Deslandes e Coutinho (2020), explanam sobre o método qualitativo no âmbito da pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19. Nessa perspectiva, esses autores dissertam sobre estratégias teórico-metodológicas, ao defenderem que “o ‘campo’ da pesquisa digital é mais um fluxo do que um ‘lugar’, uma rede de conexões que entrecruzam interações cotidianas distintas, ancoradas em muitas plataformas” (DESLANDES E COUTINHO, 2020, p. 6).

Dessa forma, a pesquisa foi realizada em três plataformas digitais (Biblioteca da Universidade Federal do Pará –UFPA, Biblioteca da Universidade Estadual do Pará-UEPA e *Google Acadêmico*), nas quais foram localizados nove trabalhos acadêmicos, cujos conteúdos realmente versavam sobre os erveiros do Ver-o-Peso. Contudo, nesse processo, dois estavam mais direcionados para a manipulação das ervas dentro das normas técnicas sanitárias, ou seja, não tinham qualquer intertextualidade entre o saber, a memória e o patrimônio, logo não foram selecionados, restando sete estudos, conforme o quadro 1.

Ao longo da análise dos estudos, que compõem o estado da arte sobre os erveiros, entre 2006 a 2020, percebeu-se que nas pesquisas mais próximas à 2006, os erveiros correlacionavam os saberes das ervas ao agenciamento dos encantados, traçando narrativas enriquecedoras sobre esse processo.

Todavia, gradativamente, à medida que os estudos foram avançando até alcançar 2020, os erveiros não quiseram mais falar sobre o agenciamento dos seres não humanos no processo de cura das ervas.

Quadro 1 – Catalogação bibliográfica erveiros (as) Ver-o-Peso. Fonte: Elaborado pela autora (2021)

	<b>Título e Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Programa / Revista</b>	<b>Portal de Pesquisa</b>
1	Memória dos vendedores e das vendedoras de ervas do ver-o-peso : a cura vem pela força das ervas ou pelo poder da fé? (2006)	Filomena, Moraes e Maria das Dores, Moraes.	Monografia (Especialização em Literatura e suas Interfaces) - Universidade do Estado do Pará	Disponível somente para consulta na biblioteca do CCSE UEPA
2	Erveiros (as) do Ver-o-Peso, em Belém do Pará: um estudo etnográfico (2010)	Teresa C. Lopes; Wilcléa C. Lima; Jedna K. D. Almeida.	Revista África e Africanidades - Ano 3 - n. 9, maio.	Google Acadêmico
3	O design participativo como elemento de valorização da produção cultural da associação Ver-as-Ervas, em Belém-Pa (2012)	Sâmia Batista e Silva	Revista Movendo Ideias. Vol. 17, Nº 1	Google Acadêmico
4	Os conhecimentos tradicionais dos (as) erveiros (as) da feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): Um olhar sob a ótica da ciência da informação. (2013)	Cleide, Dantas. e Rubens, Ferreira.	Perspectivas em Ciência da Informação, v. 18, nº2, p.105-125	Google Acadêmico
5	Socioeconomia do complexo Ver-o-Peso: uma análise dos setores de ervas e artesanato na perspectiva do turismo (2016)	Camila Alice da Silva Gomes	Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Estado do Pará, UEPA	Google Acadêmico
6	As mulheres erveiras do Ver-o-Peso e os olhares patrimoniais (2019)	Laura Carolina Vieira	Caminhos da História, v.24, n.1 (jan./jun.2019) programa de pós-graduação em história (PPGH)	Google Acadêmico
7	Saber-fazer das (os) erveiras (os) no Ver-o-Peso: contribuições à educação intercultural na Amazônia (2020)	Louise Campos Rodrigues	Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará	Google Acadêmico

Nessa perspectiva, na monografia produzida por Moraes e Moraes (2006), percebe-se que os erveiros descrevem livremente o saber das ervas, a partir do agenciamento dos seres encantados que compõem as encantarias amazônicas, concomitantemente o imaginário coletivo paraense. Neste estudo, diversas narrativas sobre a história de vida dos erveiros com os encantados e caboclos ao longo do ofício foram obtidas.

Nessa perspectiva, Dona Deusa, Dona Coló e Dona Socorro, revelaram sua mediunidade, inclusive, indicando que incorporavam seres encantados, que eram guias importantes para auxiliar no processo de cura. Dona Coló narrou que se perdeu quando criança para descobrir seu dom, porém, não foi somente na mata, como também na água que teve contatos com seres encantados: “fui levada pelu Curupira pra mata quando eu tinha uns sete anos de idade, era de manhã, quando eu voltei eram seis horas da tarde e já estava curada” (MORAES E MORAES, p.41, 2006). Para esboçar esse panorama, as autoras elencaram os encantados recorrentemente citados, descritos no quadro 2, a seguir:

Quadro 2- Manifestação dos Encantados. Fonte: Maués (1995, p.190) apud Moraes e Moraes (2006)

Denominação do Encantado	Forma de manifestação	Lugar de Manifestação
Bicho do Fundo	Diversas formas de animais aquáticos (cobras, peixes, botos, sapos jacarés, e.t.c)	Rios e Igarapés
Oiara	Forma humana (de modo visível ou através de vozes)	Magal
Caruana (guia ou Cavalheiro)	Incorporando-se nos pajés	Local onde se realiza o trabalho do pajé

Para compreender o agenciamento dessas entidades na medicina natural das ervas, é necessário considerar sua ontologia no universo amazônico. Consoante Maués (2005), os encantados foram criaturas que fizeram grandes feitos e tiveram uma vida extraordinária no plano terreno, todavia em divergência com os santos católicos não chegaram a desencarnar e subir aos céus, eles simplesmente continuaram vivos num processo de “encante”, sendo que alguns deles podem variar entre a forma humana e animal, conforme disserta:

O encanto se encontra “no fundo”, normalmente no dos rios e lagos, em cidades subterrâneas ou sub-aquáticas. Para que alguém seja levado para o fundo, por um encantado, é preciso que este se “agrade” da pessoa, por alguma razão. É comum a ideia de que, se alguém for levado por algum encantado para visitar o encanto, deve evitar comer as coisas que lhe são oferecidas, caso contrário se encantará, não podendo mais viver no mundo da superfície, como os demais seres humanos. Há também a ideia de que os grandes pajés são levados pelos encantados para o fundo, onde aprendem sua arte; mas, neste caso, eles retornam à superfície, como xamãs, para poder praticar a pajelança (MAUÉS, 2005, p. 265).

Entretanto, entre os trabalhos produzidos 2010 a 2020, (LOPES, LIMA, ALMEIDA, 2010; DANTAS, FERREIRA, 2013; GOMES, 2020), detectaram um entrave em aprofundar relação raízes religiosas ancestrais afroindígenas entre os erveiros, conforme Campos (2020), em seu estudo sobre o processo educativo em torno do convívio de parentesco e aprendizado oral entre os erveiros. Assim, Lopes, Lima e Almeida, (2010) ao longo de seu estudo etnográfico observaram um constrangimento sobre o assunto da influência das religiões afroindígenas, entre os erveiros, que apresentavam reações como comportamento reservado, receio e alguns até modificam o tom da voz, o que causou grande frustração na equipe, visto que esperavam explorar a forte influência dessas entidades no saber das ervas.

Entre os ícones para a gênese desse comportamento do “silêncio” dos erveiros sobre a influência das religiões de matriz afroindígena, alguns desses estudos apontaram um fluxo turístico crescente, que procura os erveiros e seus produtos motivado por imagens de consumo exóticas e autênticas. Neste sentido, Lopes, Lima e Almeida (2010) citam uma cena em que um turista mostra sua máquina fotográfica à família, dizendo, com risos, próximo às barracas: “Olha a foto dessa macumbeira!”, além disso, Vieira (2019) demonstra que essas situações de discriminação vem se adensando, a ponto de estar se institucionalizando, tornando-se um discurso público oficial, citando a página virtual da prefeitura de Belém, que classifica as erveiras como “mandingueiras”<sup>6</sup>.

---

6 Para defender esse argumento Vieira (2019), apresenta essa página virtual da prefeitura de Belém, que descreve os erveiros como: “**As mandigueiras:**” Tem as barracas das ervas para banhos, mangerona, pataqueira, abre- caminho, banho cheiroso, para atrair coisas boas [...] É

Portanto, a análise qualitativa desses estudos em 2021, mostrou-se profícua para perceber a relevância do legado cultural do ofício das ervas, a partir diferentes olhares interdisciplinares. Todavia, ao trazerem à tona um conjunto de vetores que deixam os erveiros sem voz diante do discurso hegemônico, patrimonial e turístico no Ver-o-Peso, constatou-se que se fazia premente uma pesquisa presencial em campo. Por conseguinte em 2022, buscou-se rastrear etnograficamente a forma como realmente os erveiros percebem sua imagem e vivenciam seu ofício, coadunada com a escuta de suas histórias de vida, ao longo de um ofício que se perpetua ancestralmente.

Isto posto, a pesquisa empírica em 2022 visou a compreender o ofício das ervas, a partir de suas idiossincrasias e singularidades, em que os erveiros foram compreendidos como interlocutores, isto é, como provocadores de um encontro etnográfico, no qual:

“cria-se um espaço semântico partilhado por ambos os interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela ‘fusão de horizontes’ (como os hermeneutas chamariam esse espaço), desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido” (OLIVEIRA, 2000, p. 21).

Essas elocubrações etnográficas foram realizadas consoante Latour (2012), ao defender que “questões de fato não descrevem que tipos de agências estão povoando o mundo melhor do que as palavras social, simbólico e discursivo descrevem o que é um ator humano e os alienígenas que os capturam” (LATOURE, 2012, p. 162). Por final, essa perspectiva etnográfica foi intercambiada pela escuta de história oral e de vida dos erveiros, pois conforme argumenta Pollak:

As memórias subterrâneas tendem a sobreviver e a transmitir-se por vias informais, como redes de sociabilidade que abrangem o âmbito da família ou de pequenos grupos, sempre com uma tonalidade afetiva mais acentuada. Elas tendem a carregar também a marca da oralidade, por isso, as entrevistas de história oral, ou história de vida, se apresentam como um método privilegiado para a abordagem desse tipo de experiência (POLLAK, 1992, p. 12-13).

---

muito difícil encontrar um paraense, nascido e criado no Estado, que nunca tenha experimentado um banho de cheiro, do que o contrário. Texto disponível na íntegra em: [www.belem.pa.gov/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=367](http://www.belem.pa.gov/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=367). Acesso em: 02 fev.2023.

De modo geral, os caminhos da pesquisa esperam contribuir com as observações de Pierre Nora (1993), sobre lugar de memória, produzidas ao longo de suas obras *Les lieux de Mémoire* volumes I, II, III, em que deixou pistas para reflexão do leitor sobre a projeção midiática, que ingressava na engrenagem da construção espetaculosa e espetacular da identidade nacional francesa, semelhante ao que foi forjado em torno do Ver-o-Peso. Portanto, essas reflexões metodológicas buscaram ir além do “silêncio” dos erveiros, corroborando com estudos como de Silva (2012), que visou a alcançar a perspectiva simbólica que os erveiros possuem do seu próprio ofício, cogitando que essa identidade visual poderia ser um dos ícones representativos do Ver-o-Peso, enquanto lugar de memória (NORA, 1993).

### **O desvelo do silêncio das ervas**

A segunda fase da pesquisa de campo foi realizada em 2022, durante três meses, (fevereiro a abril de 2022). Neste período, para demonstrar o comprometimento ético deste estudo, a pesquisa foi apresentada primeiramente para a presidente da Associação Ver-as-ervas, Maria Marinho de Faria, mais conhecida *in loco* como Maria Loura, a qual me apresentou para grande parte dos erveiros. Contudo, devido às ações de má fé da empresa Natura cosméticos<sup>7</sup> muitos dos erveiros mostravam-se inacessíveis.

Diante dessas sombras deixadas pela Natura, esmerei-me nas estratégias de aproximação de Foote-White (1975), que discorre sobre os desafios para ser aceito em campo, principalmente, por meio de entrevistas informais. As estratégias empreendidas surtiram efeito positivo, logo nove erveiros, proprietários de doze barracas<sup>8</sup>, aceitaram participar da pesquisa

---

7 Segundo Lima (2008), no ano de 2001 pessoas se identificaram como repórteres aos erveiros e conseguiram informações sobre a pripioca (*Cyperus articulatus L.*). Com base nesses dados a empresa Natura cosméticos produziu perfumes. Os erveiros sentiram-se lesados resultando em uma ação que culminou no acordo entre as partes.

8 Conforme a Lei Municipal nº 26.579/94: “Os feirantes do Ver-o-Peso, podem ocupar somente até três equipamentos comerciais, porém não pode haver a venda ou aluguel desses equipamentos, salvo doação para esposa, filhos ou parentes de segundo grau, sendo que cabe a Secretaria Municipal de Economia-SECON, fiscalizar essas e outras diretrizes dos mercados de Belém.

como interlocutores, conforme o quadro- 3 abaixo: A elaboração deste quadro com o perfil geral dos erveiros interlocutores, foi viável devido à escuta da história de vida de cada um. De modo geral, a maior parte declarou que desenvolveu o ofício ao auxiliar parentes próximos, principalmente mães e avós, na feitura e venda dos produtos, ainda na infância. A média de exercício do ofício foi de quatro décadas entre os interlocutores. Percebeu-se, ainda que a feitura das infusões (garrafadas, perfumes e banhos) ainda é realizada de modo artesanal, em suas próprias barracas, ou seja, o legado dos fazeres e saberes das ervas ainda se perpetua de modo ancestral, pois é possível perceber que a maior parte dos erveiros possui filhos ou sobrinhos auxiliando na mesma barraca, ou em barracas próprias próximas ao erveiro mais antigo.

Quadro 3 - Erveiros interlocutores. Fonte: Elaboração autora pesquisa (2022)

Nome	Nº Barraca	Idade	Tempo de Ofício	Religião	Aprendizado Ofício
Dona Miraci	3, 4 e 5	57 anos	41 anos	Evangélica	Mãe
Simony	14 e 15	35 anos	18 anos	Católica	Tia avó
Dona Edna	22	64 anos	50 anos	Católica	Avó e Mãe
Beth Cheirosa	27 e 28	72 anos	60 anos	Católica	Mãe
Dona Gizeuda	52	70 anos	45 anos	Católica	Mãe e Avô
Robertinha	69	52 anos	32 anos	Evangélica	Mãe e Avó
Maria Loura	77	53 anos	33 anos	Católica	Avó e Mãe
Socorro Loura	79	61 anos	50 anos	Católica	Avó
Seu Eli	79	54 anos	40 anos	Católico	Esposa

A elaboração deste quadro com o perfil geral dos erveiros interlocutores, foi viável devido à escuta da história de vida de cada um. De modo geral, a maior parte declarou que desenvolveu o ofício ao auxiliar parentes próximos, principalmente mães e avós, na feitura e venda dos produtos, ainda na infância. A média de exercício do ofício foi de quatro

décadas entre os interlocutores. Percebeu-se, ainda que a feitura das infusões (garrafadas, perfumes e banhos) ainda é realizada de modo artesanal, em suas próprias barracas, ou seja, o legado dos fazeres e saberes das ervas ainda se perpetua de modo ancestral, pois é possível perceber que a maior parte dos erveiros possui filhos ou sobrinhos auxiliando na mesma barraca, ou em barracas próprias próximas ao erveiro mais antigo.

Nesta conjuntura, Dona Edna contou-me ter herdado de sua mãe o ofício, o qual começou com sua avó, quando ela era criança. Em seguida, comentou que no tempo de sua avó não tinham barraca, vendiam somente as ervas e cascas *in natura*, que ficavam em esteiras expostas no chão. Ao questioná-la sobre sua religião e de seus ancestrais, ela contou que todos eram católicos, e sorrindo afirmou: “católicos cachaceiros e macumbeiros”. Vale ressaltar, que Dona Edna é muito descontraída, então em um clima leve pedi para ela explicar melhor o que significava essa assertiva, porém ela desconversou dizendo que era brincadeira.

Nessa mesma linha, Maria Loura relatou que está há trinta e três anos como erveira no Ver-o-Peso, todavia ela afirmou que começou no ofício com seus avós ainda no Ceará, mais precisamente com sua avó, que também ensinou o saber das ervas para sua mãe, sendo que ambas eram parteiras e benzedeadas<sup>9</sup>. Em relação a sua religião e de seus ancestrais, ela identificou todos como católicos, inclusive recorde um episódio em que fui em sua barraca quando ela tirou uma bíblia da bolsa, afirmando que a consultava todos os dias, pois acreditava que a cura para todos os males estava nela.

Percebeu-se, portanto, que nos primeiros encontros em campo os erveiros sentiam-se à vontade em relatar suas trajetórias de vida ligadas ao seu ofício, contudo em relação à influência das matrizes religiosas afroindígenas o diálogo tornava-se nebuloso, ou quando havia a menção dessas influências colocava-se como algo errado, que deveria ser apagado ou esquecido.

---

9 O estudo de Iracema Costa e Daniela Cordovil (2017) discute a relação entre erveiras(os) e benzedeadas nas feiras de Belém, demonstrando como são práticas desassociadas. Disponível em: <https://docplayer.com.br/42709729-Iracema-silva-costa-mulheres-benedeadas-em-belem-pa.html>. Acesso em: 02 jul,2022.

Neste mesmo sentido, Dona Miraci relatou-me que tinha quarenta e um anos dedicados ao ofício das ervas, os quais começou inicialmente na feira do bairro da Pedreira, em Belém, ajudando sua mãe, mas ao ter em vista o Ver-o-Peso como uma referência para venda das ervas, ambas mudaram-se, sendo que começaram com apenas uma barraca, mas nos dias de hoje ela é proprietária de três barracas.

Em relação a sua religião, contou-me que seus pais eram evangélicos e cresceu sob essa doutrina, porém ela e sua irmã (que também é erveira) eram umbandistas e recebiam principalmente a cabocla Mariana, a qual tinha forte agenciamento em seus trabalhos de cura com as ervas. Todavia, após o falecimento do seu marido, Dona Miraci ficou muito abalada, assim, encontrou consolo na conversão para religião evangélica. Logo, segundo ela, hoje não dá mais orientações para os clientes sobre uso das ervas, misturadas com “coisas erradas” (referindo-se à influência que a umbanda tinha sobre seu trabalho).

Neste contexto, pode-se cogitar que a atitude dos erveiros em se identificarem como católicos não é necessariamente uma negação consciente de sua matriz afroindígena. Assim, Goldman (2017) defende que essa expressão “afroindígena”, veio para tencionar o discurso hegemônico construído sob ícones da identidade nacional etnocêntrica, debatendo um novo paradigma sobre a identidade da nação pelo olhar mestiço, trazendo à tona as matrizes afroindígenas que ajudaram a construir o país. Cogita-se, portanto, que a autoidentificação católica dos erveiros, para o freguês ou o pesquisador, pode estar relacionada com a aceitação social, conforme Isaia argumenta:

O Brasil surgia como uma nação católica, a partir da linearidade, com a herança cultural portuguesa. Dizer-se não católico era ultrapassar a linha que demarcava o comportamento socialmente aceito, da transgressão, sempre perigosamente capaz de conduzir ao domínio do caos [...] através da cruz marcava um princípio de utipossidetis sobre a realidade nacional, demarcando claramente as fronteiras entre o legítimo e ilegítimo, certo e errado, nacional e alienígena (ISAIA, 1998, p.31).

Um outro fator observado, que pode ser desencadeador desse comportamento, que já havia sido mencionado na análise da natureza da arte produzida sobre os erveiros, trata-se do desconforto dos erveiros com a

presença dos turistas, sendo que foi possível observar cenas de visitas de grupos independentes ou acompanhados por guias, filmando ou tirando fotos dos produtos, aos risos, focando sempre nos produtos com finalidades afrodisíacas ou exóticas. *Pari passo*, ao questionar os erveiros sobre a percepção deles sobre os turistas, esse desconforto se confirma em relatos como o de Dona Edina e Socorro Loura, ao afirmarem que eles chegam em suas barracas, principalmente, para bater foto e fazer perguntas e dificilmente compram. Desta feita, observou-se que os produtos acerca dos quais os turistas fazem perguntas e filmam, são principalmente o “Viagra Natural”, ou perfumes afrodisíacos como: “Chora aos Meus Pés”, “Chega-te a Mim”, “Quem Não Quer Vai Me Querer”, entre outros.

Um quadro social semelhante, em que há construção midiática de uma imagem cunhada como exótica e autêntica, é discutido por Birgit Meyer (2019), ao observar as dinâmicas da produção audiovisual da religião pentecostal e a mídia de massa em Gana-África. Nesse quadro o autor identificou o potencial perturbador de encantamento de algumas imagens produzidas intencionalmente com o objetivo de representar o domínio do “mal”, tendo amplos efeitos de rejeição entre os pentecostais. Essas ponderações podem ser um caminho para compreender como as mediações de imagens exóticas autênticas, dos erveiros e seus produtos, podem provocar uma série de percepções sensoriais, ao ter em vista que “em torno das dinâmicas do patrimônio, são exploradas aí as dimensões estéticas das relações que se estabelecem nesses universos, [...] à apreensão sensorial do mundo e às formas de relação das pessoas com as coisas através do conjunto dos sentidos” (MEYER, 2019, p.16).

Felizmente, à medida em que nossas relações em campo foram se estreitando, ainda que os erveiros se auto identificassem como católicos, percebeu-se que foi aberto um canal de dialogo sobre o agenciamento das matrizes afroindígenas por meio do termo “medicina natural”, que para eles possuía uma confluência diversa da perspectiva do senso comum. Por conseguinte, Beth Cheirosinha, uma das erveiras mais antigas no setor das ervas, que possui uma extensa rede ancestral ao seu redor, após relatar que

aprendeu o ofício com sua mãe Dona Cheirosa, uma erveira referência como autoridade na memória no setor das ervas, inicialmente afirmou que ambas eram católicas. Porém, após estreitarem-se as relações com Beth Cheirosinha ela passou a explicar como a “medicina natural” se dava em seus trabalhos, ao afirmar que apesar de católica é frequentadora da umbanda. Mas ela não recebe as entidades, então mencionou Iansã, como guia fundamental no processo de cura da medicina natural.

Da mesma forma, Seu Ely e Dona Socorro Loura, após relatarem que ambos atuam no Ver-o-Peso em média há 40 anos, se auto declararam católicos, indicando que o avô de Dona Socorro, seu Miguel Soares, é o ancestral mais antigo na rede familiar. Com o passar do tempo ao aprofundarmos as conversas em torno da “medicina natural”, ambos passaram a se declarar como “Católicos Donos de Terreiro”, no qual revelou-se que Dona Socorro Loura exerce a função de mãe de santo, citando que a Cabocla Dona Mariana e o encantado Seu Sete Flechas são seus guias em seus trabalhos na medicina natural.

Finalmente, Simony relatou que começou o ofício aos dezoito anos, com sua tia avó Dona Coló<sup>10</sup>, com a qual ela e sua mãe, e ainda suas primas, filhas de Dona Coló, deram continuidade ao legado desta rede familiar no ofício das ervas. Ao conversarmos sobre sua maestria em torno da “medicina natural”, Simony afirmou que embora se identifique como católica, Dona Coló era da umbanda, logo repassou o saber das ervas sob a guia do caboclo “Seu Sete Flechas”, mas hoje, depois que ela adoeceu, segundo ela, “os filhos foram afastando isso dela”. Porém, nas barracas da família isso continua, por que eles sabem que isso era a paixão dela, ou seja, entende-se como “isso” o agenciamento do caboclo “Seu Sete Flechas” e outros encantados sobre os trabalhos.

É importante frisar, que a compreensão da confluência do termo “medicina natural” se manifesta entre os interlocutores, como se eles incorporassem a influência dos seres encantados amazônicos aos fazeres do

---

10 Dona Coló, no período em que atuou no setor das ervas, assim como Beth Cheirosa, era uma das erveiras mais antigas no setor das ervas, com grande rede ancestral em torno do ofício, e ainda grande destaque na mídia semelhante a Beth Cheirosa.

ofício, independente da sua auto identificação religiosa como católicos, o que os deixou mais à vontade para falar do agenciamento dos caboclos e encantados sob o saber das ervas. Nessa perspectiva, que Nêgo Bispo (2009) propõe em seu livro “Colonização, Quilombos, Modos e Significações”, que assim como os acadêmicos criam seus conceitos e valores estéticos; os quilombolas, podem escolher seus próprios conceitos. Por exemplo, “sustentabilidade” ele chamam de “biointeração”, ou ainda “permacultura” como “cosmoangola”, entre outros.

Desse modo, faz-se premente citar que a auto indicação de católicos mesclado à influência das religiões afroindígenas, não é uma característica restrita apenas dos erveiros do Ver-o-Peso, manifestando-se em vários grupos sociais amazônicos. Nesta acepção, Maués (2002) disserta sobre o comportamento do “catolicismo popular”, que marca a experiência social de muitos grupos sociais no Estado do Pará, que fazem uso das propriedades terapêuticas das ervas, associada a diferentes matrizes religiosas. Logo, deve-se “considerar a pajelança cabocla como parte do catolicismo popular das populações rurais ou de origem rural da Amazônia brasileira” (MAUÉS, 2002, p. 55).

Por fim, observou-se, que observou-se que as narrativas que envolvem os produtos das ervas, proporcionam o efeito de ressonância entre os erveiros e os paraenses, por meio da mentalidade coletiva em torno do universo ontológico amazônico, que demonstra uma forma de resistência ao discurso hegemônico, através da existência do ofício das ervas ao longo do tempo no Ver-o-Peso. Nesta conjuntura, pode-se citar o perfume do Uirapuru, muito procurado entre os paraenses para chamar o amor, pois segundo a lenda, persistiu em um jovem guerreiro que se apaixonou pela filha de grande cacique, mas por se tratar de um amor proibido não poderia se aproximar dela, logo pediu ao Deus Tupã que o transformasse em um pássaro, vermelho telha, com um lindo canto, e assim pode fazer companhia a sua amada.

Nesta premissa, percebe-se que esse universo ontológico das encantarias amazônicas possui sincronia com as reflexões de Viveiros de Castro (1996) sobre os ameríndios e suas relações com os seres humanos e

não humanos, distanciadas da lógica ocidental, em que a alma não é um atributo único da natureza humana, pois ela pode estar em uma gruta ou um rio, isto é, em ícones possíveis de observar a simbiose entre homem e natureza. Dessa forma, no universo ontológico das encantarias amazônicas, o Boto não é um simples peixe, nem tampouco o Uirapuru um pássaro, ou seja, ambos são seres encantados na “roupa” de animais.

Percebe-se, portanto, que o rastreamento das conexões dos atores da rede das ervas na pluralidade dos seres humanos e não humanos, que agenciam a vida social dos produtos das ervas, tem como intermediadores latentes o discurso hegemônico patrimonial e turístico, haja visto que embora esses vetores silenciem os erveiros à luz da mídia e lugar de memória oficial do Ver-o-Peso, mantêm-se resistentes por meio das narrativas amazônicas, bem como do agenciamento dos caboclos e encantados sob o ofício das ervas. Dessa forma, constata-se que memória subterrânea que circula de forma oral na perpetuação do ofício das ervas, abre os caminhos para uma perspectiva de patrimônio do vivido e sentido, que demonstra a resistência das matrizes afroindígenas, através da perpetuação do ofício das ervas ao longo do tempo no Ver-o-Peso.

## **Considerações Finais**

Nesta pesquisa o conceito de patrimônio, em seus desdobramentos, foi tensionado em torno da antropologia, procurando um diálogo em relação ao ofício dos erveiros, ao chamá-los enquanto alteridade local para o centro do debate acadêmico. Nesta perspectiva, o conceito de “patrimônio cultural”, foi colocado enquanto um ponto nevrálgico, à medida que vem sendo naturalizado pela ordem discursiva das políticas públicas em vigor, as quais concomitantemente, reverberam no Ver-o-Peso por meio de um discurso hegemônico oficial.

Desta feita, as reflexões metodológicas suscitadas por esta pesquisa vislumbraram desconstruir o olhar etnocêntrico, em que o ofício das ervas foi

reduzido a um atrativo exótico autêntico. Neste sentido, alguns autores como Meyer (2019) e Ouriques (2005), problematizam essa autenticidade do patrimônio, suscitando uma crítica sob o discurso patrimonial e turístico, que podem ser um veículo de reedição do colonialismo, mobilizando o movimento centro e periferia. Assim, o “exotismo” das populações locais são oferecidos como os principais atrativos para os turistas, convertendo-se em uma mercadoria do fetichismo espacial, que reverbera em sociedades do espetáculo.

Nesse conjunto de circunstâncias, através da pesquisa etnográfica e escuta da história de vida dos erveiros, foi possível perceber que este grupo social não foi silenciado, pelo discurso hegemônico em vigor no Ver-o-Peso. Por conseguinte, os erveiros demonstram sua resitência, através das conexões entre o saber das ervas, o universo ontológico amazônico, e a memória coletiva paraense, isto é, enquanto um patrimônio simbólico vivenciado, que não precisa do reconhecimento de agências públicas para perdurar ao longo do tempo.

## Referências bibliográficas

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. **Sociedade e Cultura**, vol. 8, núm. 2, julho-dezembro, 2005, pp. 37-52

\_\_\_\_\_. Patrimônio Cultural: Tensões e Disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos** / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007. 368p

\_\_\_\_\_. A emergência do “Outro” no campo do Patrimônio. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, 2008.

ALBUQUERQUE, U.P. As plantas medicinais e mágicas comercializadas nos mercados públicos de Recife-PE. **Ciência & Trópico**, Recife, v.25, n.1, p.7-15, jan/jun., 1997

ANDERSON, B. **Imagined Communities**, London and New York: Verso, 1983.

ARANTES, A. Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: Inovação Cultural, Patrimônio e Educação Angel Espina Barrio, Antonio Motta e Mario Helio Gomes Organizadores. **Revista do Patrimônio Histórico Nacional**, no. 22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987.

BARROS, Magaly; SERRA, Hugo. A Belém da *Belle Époque* e os roteiros geoturísticos como instrumentos de educação patrimonial. **Revista Formação (ONLINE)**, v. 25, n. 44, jan- abr/2018, p. 209-239. ISSN: 2178-7298. E-ISSN: 1517-543X.

BITAR, P. Nina. Sistemas culinários afro-brasileiros: As baianas da acarajé do Rio de Janeiro. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Popular**, v.8, n.º1, mai, 2011.

BRASIL,(2000). **Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000.**  
Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf) . Acesso em: 17 de mai. 2023.

BRASIL, (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 216.** Patrimônio Cultural: Bens materiais e imateriais. Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao\\_federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf)  
Acesso em: 06 mai. 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

CAMPOS, R. Louise. **Saber-fazer das (os) erveiras (os) no Ver-o-Peso:** contribuições à educação intercultural na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2020.

DANTAS, Cleide; FERREIRA, Rubens. Os conhecimentos tradicionais dos (as) erveiros (as) da feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, nº2, p.105-125, abr/jun/2013.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: Notas teórico-metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, 36 (11), 2020, Doi: 10.1590/0102-311X0022312

ÉVORA, Lígia. Do acarajé ao bolinho de Jesus, In: **Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos** / (Org). Tavares, Fátima e Gimbelli, Emerson. Salvador: EDUFBA: ABA Publicações, 2015. 459 p.

FOOTE-WHITE, W. **Treinando a observação participante**. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.) *Desvendando máscaras sociais*, 1975

FONSECA, L. Maria Cecilia. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS Mário (Orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOLDMAN, Márcio. 2017. “Contradiscursos Afroindígenas sobre Mistura, Sincretismo e mestiçagem Estudos Etnográficos”. In: Dossiê (Contra) Mestiçagens Ameríndias e Afro Americana. **Revista de Antropologia da UFSCAR**. Volume 9, Número 2.

GOMES, Camila Alice da Silva. **Socioeconomia do complexo Ver-o-Peso: uma análise dos setores de ervas e artesanato na perspectiva do turismo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Estado do Pará (UEPA), Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Belém, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 11. Nº 23. Jan – Jun 2005. 15 – 36. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 05 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho, 2015.

HALBWACHS, Maurice **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBBSAWM, E. **Introduction: Inventing Traditions**. In: E. Hobsbawm e T. Ranger (Eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University 1983. Press, 1-14

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Ver-o-Peso (PA)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828>. Acesso em: 30 set.2020.

ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo versus umbanda: lutas de representação e identidade nacional. **Revista de Ciências Humanas Florianópolis** v.16 n.24 p.28-42 out. de 1998

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. EDUFBA, 2012.

LIMA, Dorotéia. **Ver-o-Peso, patrimônio e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

LOPES, Teresa; LIMA, Wilcléa; ALMEIDA, Jedna. Erveiros (as) do Ver-o-Peso, em Belém do Pará: um estudo etnográfico. **Revista África e Africanidades** - Ano 3 - n. 9, maio. 2010.

MAUÉS, H. Raymundo. Catolicismo e xamanismo comparação entre a cura no Movimento Carismático e na pajelança rural amazônica. **ILHA** - Florianópolis, v.4, n.2, dez, 2002, p.51- 77.

\_\_\_\_\_. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 19, n. 53, 2005. p. 256-274. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100016](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100016) . Acesso em: 08 maio.2022.

MEYER. Birgit. **Como as coisas importam**: uma abordagem material da religião. (Org.) Giumbelli, Emerson; João, Rickli e Toniol, Rodrigo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

MORAES, Filomena; MORAES, Maria das Dores.. **Memória dos vendedores e das vendedoras de ervas do ver-o-peso**: a cura vem pela força das ervas ou pelo poder da fé? Belém, PA: [s.n.], 2006. 51f. Monografia (Especialização em Literatura e suas Interfaces) - Universidade do Estado do Pará, 2006.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História, n. 10, São Paulo, 1993, p.07-28.

OLIVEIRA, C. Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, 2000.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**: Campinas, Alínea, 2005.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória** (Antropologia, Escala e Memória). N.º 2 (Nova Série), 2007.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol.2. n. 1, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANTANA TALAVERA, Agustín. **Antropologia do Turismo: Analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Walkyria. Patrimônio cultural dos espaços religiosos afro-brasileiros: patrimônio subalterno? **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**.v. 05, ed. especial, mai., 2019, artigo nº 1433 | ISSN: 2525-7870

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. 2015. Brasília. INCTI/UnB. 5pp.

SILVA, B. Sâmia. O Design Participativo como elemento de valorização da produção cultural da associação Ver-as-Ervas, em Belém-Pa. **Revista Movendo Ideias** , Vol. 17, Nº 1 - janeiro a junho de 2012. ISSN: 1517-199x

TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos; BASSI, Francesca, PENAFORTE, Thais; MORAIS, Fernando. **Saberes e fazeres terapêuticos quilombolas**: Cachoeira, Bahia. Salvador, BA: EDUFBA, 2019a.

TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos; BASSI, Francesca; RAMOS, Cleidiana. **Inventário das festas e eventos na Baía de Todos os Santos**. Salvador, BA: EDUFBA, 2019b.

VIEIRA, C. Laura. As mulheres erveiras do Ver-o-Peso e os olhares patrimoniais. **Caminhos da História**, v.24, n.1 (jan./jun.2019) Programa de Pós-graduação em História –PPGH, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **MANA** 2(2), p.115-144, 1996.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade: Retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Rev. CPC**, v.13, n.25, p.7–33, jan./set. 2018.